

A investigação de Egas Moniz e o Estado português: (in)visibilidades de uma história

Quintino Lopes

Instituto de História Contemporânea – Grupo Ciência (Universidade Nova de Lisboa;
Universidade de Évora) quintinolopes1@gmail.com

Este texto revisita o percurso académico e científico do único Prémio Nobel português da ciência – Egas Moniz¹. Concretamente, questiona-se o papel desempenhado pelo Estado português, e em menor escala pelos pares, nesse mesmo percurso. Baseados fundamentalmente na autobiografia científica e em correspondência particular de Egas Moniz, aferimos inicialmente qual a memória por si fixada relativamente à importância do Estado e dos seus colegas na sua consagração. Seguidamente avaliamos a importância da sua memória fixada (e esquecida) na posterior produção historiográfica, procurando discernir a tese dominante, à escala nacional e internacional, sobre o *focus* de análise. Por último, e considerando que Portugal dispunha desde 1929 de uma instituição de planeamento e financiamento científico, a Junta de Educação Nacional (JEN), sucedida em 1936 do Instituto para a Alta Cultura (IAC), analisamos as políticas e práticas científicas destas instituições estatais no referente à actividade de Egas Moniz, confrontando as mesmas com a sua automemória e a historiografia existente. Especificamente, analisamos eventuais apoios a essa actividade, sob a forma de bolsas de estudo ou de financiamentos ao Instituto de Neurologia de Lisboa (INL) e à realização de reuniões científicas internacionais, procurando aferir de que modo a sua concretização, e sua rentabilização por parte de Egas Moniz, se repercute na difusão e apropriação internacional das suas duas grandes invenções – a angiografia cerebral, de 1927, e a leucotomia pré-frontal, de 1935. Atendendo a que a mais recente literatura produzida sobre a carreira académica e científica de Egas Moniz enfatiza o seu génio e capacidade para integrar as redes de comunicação científicas internacionais na sua consagração, que culmina em 1949 com a atribuição do Prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia pela invenção da leucotomia pré-frontal, o presente texto, em última instância, avalia o papel do Estado português nessa mesma internacionalização, crescente notoriedade interpares e consagração.

A automemória fixada de Egas Moniz

As Confidências de Um Investigador Científico, a autobiografia científica de Egas Moniz, assume-se como um excelente ponto de partida para aferir qual o seu discurso sobre o papel desempenhado pelo Estado português e pelos pares na sua investigação científica (Moniz, 1949). Nas suas mais de seiscentas páginas, nas quais o autor nos descreve as suas duas principais invenções, a angiografia cerebral e a leucotomia pré-frontal, dando-nos conta do modo como foram criadas e desenvolvidas, somos confrontados com uma tese dominante no respeitante à questão em análise.

O capítulo IX – “As hostilidades dos colegas e a falta de auxílio material” prefigura o que será o seu discurso no concernente ao papel do Estado e à posição assumida pelos seus colegas de profissão no desenvolvimento da sua investigação. Relativamente a estes últimos, concretamente aos seus colegas da Faculdade de Medicina de Lisboa (FML), comenta a sua oposição ou, pelo menos, inércia perante as suas intenções de melhorar as condições de trabalho e investigação (Moniz, 1949, 108-109). Na sua perspectiva,

era indispensável que tais atitudes não entrassem a marcha dos resultados, que, felizmente, seguiram bem, alcançando novas e sucessivas aquisições científicas, que, nos centros neurológicos estrangeiros, continuavam a ser apreciadas, mau grado a luta que sentia de todos os lados (Moniz, 1949, 110).

Concretizando sobre a origem dessa luta que lhe era movida, conclui afirmando que “o desprezo a que fui votado pelos médicos nacionais, salvo raras exceções, teve sempre essa característica: não terem sido lidos os meus trabalhos” (Moniz, 1949, 112). A esta ideia acrescenta ainda:

como nada pude obter dos ministros da Educação, em geral gente de Letras ou Direito, pouco dada à compreensão das ciências biológicas e experimentais, recorri a um ministro inteligente que, ao tempo, ocupava a pasta das Obras Públicas, o engenheiro Duarte Pacheco. Por duas vezes visitou o Hospital de Santa Marta, no bom propósito de satisfazer os meus desejos. Na segunda visita informou-me que não podia fazer obra tão larga como eu pretendia; mas um andar no seguimento dum dos pavimentos do Serviço de Neurologia era realizável, pois a despesa não devia exceder 500 contos. Mesmo assim, e apesar da sua boa vontade, pois teve sempre palavras de muito apreço pelos meus trabalhos, não conseguiu realizar o seu intento. Fiz outras solicitações, chamei em meu auxílio alguns amigos, mas não consegui os meus desejos (Moniz, 1949, 113).

Noutros momentos da narrativa, referindo-se especificamente à invenção da leucotomia pré-frontal, em 1935, conclui: “Enfrentávamos grandes dificuldades materiais, seguíamos desajudados e sem os indispensáveis recursos. A minha tenacidade felizmente tudo venceu” (Moniz, 1949, 348-349).

A tónica de ter sido desajudado, devendo-se às suas qualidades individuais a superação das dificuldades, é reforçada numa carta que dirige a Walter Freeman, em 9 de Julho de 1946. Assumindo-se nas suas próprias palavras como um complemento à sua autobiografia científica, Egas Moniz é neste suporte mais incisivo e explicitamente defende:

o Governo sempre desajudou, e propositadamente, o meu trabalho científico, desde os primeiros ensaios sobre a angiografia cerebral. Essa atitude hostil tornou-se mais intensa com os primeiros sucessos. O Governo (...) nunca melhorou a minha instalação hospitalar, única solicitação que lhe fiz e com uma insistência que quase me vexava. As minhas solicitações foram sempre indeferidas ou, melhor, desprezadas. Ao abandono propositado dos dirigentes governamentais juntou-se a má vontade de uma grande parte dos colegas da Faculdade. Nada disso porém me contundia. Votei ao desprezo Governo e invejosos e segui o meu caminho com a tranquilidade e a calma de que pude dispor. Da parte dos dirigentes caiu sobre a minha obra, que nada tinha com a conduta política, um sistemático anátema: abandono absoluto e o propósito de depreciar o meu esforço e os resultados obtidos. A maior parte das clínicas hospitalares melhoravam desde que os seus directores se interessassem pelo seu desenvolvimento e não fossem declaradamente antifascistas. No meu caso os menores desejos foram contrariados. E assim entre os réprobos, já sem forças para combater, mas sempre firme nos meus princípios, com coisa alguma podia contar. Tive de limitar-me às condições que me impuseram sem reacção possível. Esta foi uma das causas mais importantes da pequena expansão dada à leucotomia em Portugal².

A tese de nunca ter usufruído de qualquer apoio do governo de Salazar na prossecução dos seus objectivos científicos é reafirmada posteriormente, em 1954, num manuscrito seu, onde peremptoriamente advoga:

do governo do ditador Salazar, homem de ideias curtas, a quem o colégio Carolina de Estocolmo deu o desgosto de me fazer Prémio Nobel, nunca tive nem auxílio para o meu serviço de neurologia – nem sequer sombra de reconhecimento para o que consegui para o nosso país, trazendo, pela primeira vez, para a grei que fala português, a mais alta distinção a que pode aspirar um homem de ciência (Correia, 2010, 98-99).

Por fim, ainda inscrevendo-se na mesma linha de pensamento, refira-se que em 1950, quando publica duas conferências que havia proferido na Academia das Ciências de Lisboa (ACL) sobre o cientista nobelizado Santiago Ramon y Cajal, sustenta a tese de que contrariamente ao médico espanhol, que após se consagrar nacional e internacionalmente recebeu apoio do governo de Espanha, a sua carreira académica e científica foi marcada por uma constante falta de protecção e apoio por parte do Estado português (Moniz, 1950, 68).

Interpretações historiográficas: um breve *Estado da Arte*

A literatura da especialidade apropriou-se da memória fixada (e esquecida) por Egas Moniz. Exemplificativo do seu não questionamento, na particularidade que nos importa, será a constatação de que embora estudado sob as mais diversas perspectivas – vida académica, personalidade, actividade política e científica, relação mantida com a literatura e a arte, o seu Ex-líbris, a Casa-Museu (CM) e o Centro de Estudos Egas Moniz (CEEM) – não se regista uma agenda historiográfica centrada no binómio Estado/investigação científica de Egas Moniz (Pita, Pereira, 2000; Pereira, Pita, 2000; Antunes, 2011; 2006, 157-161; Correia 2010; 2013).

A esta ausência corresponde a desvalorização da importância, na sua actividade académica, das instituições que em Portugal, desde 1929, organizavam e financiavam a investigação científica – a JEN e, posteriormente, o IAC. Por outro lado, e em associação, reproduzem-se recorrentemente considerações enfatizando a oposição política de Egas Moniz à ditadura, pelo que não lhe deveriam ser concedidas amabilidades (Milheiro, 2000, 165-174; Kotowicz, 2012, 105), o isolamento a que estava sujeito nos primórdios do Estado Novo (Getz, 2009, 129, 136), o facto de dispor de uma base política enfraquecida (Pressman, 1998, 49-50, 53) ou, mais incisivamente, o desprezo que o Estado Novo votou à sua investigação. A este propósito, e sintetizando aquela que constitui a visão historiográfica dominante sobre a sua relação com o Estado português, destacam-se as seguintes palavras:

é bem conhecida a opinião dos políticos do Estado Novo sobre esta personalidade [Egas Moniz], que de tão interveniente que foi na política nacional a seguir à República, se remeteu a um silêncio crítico depois de 1926. Não era, por isso, de esperar que o poder instituído estivesse atento ao trabalho científico e muito menos se preocupasse em distinguir a personagem que o protagonizava.

O Prémio Nobel surge de forma inesperada para o poder instituído atribuído numa idade da vida em que se já não aposta. Criou-se, assim, uma situação de embaraço. Como enaltecer uma carreira passada que sempre se tentou reduzir e minimizar, recuperando os louros para um sistema político pouco apoiante; o que fazer a um cientista agraciado no fim da carreira. Não parecia lógico criar condições ao próprio para que desenvolvesse as suas ideias quando se pensava estar já seca a fonte de inspiração. Não parecia possível considerar o resultado da investigação como interesse partilhado do Governo no seu desenvolvimento e apoio. Como seria possível então lidar com o problema, já que a personalidade forte e determinada do laureado não deixaria de publicamente desmascarar as inverdades. Em 3 meses, criou-se o Centro de Estudos Egas Moniz, um tempo cuja velocidade hoje temos dificuldade em compreender e que só justificamos como a necessidade de redimir o erro, não por contrição de atitudes passadas, mas por necessidade de aproveitamento político (Caldas, 2000, 315-316).

Três trabalhos mais recentes modelam esta leitura interpretativa e, embora prolonguem a ausência de um *focus* de análise na acção estatal, reconhecem que o neurologista não foi *propositadamente desajudado* pelos poderes públicos (Correia, 2013; 2010; Antunes, 2011). Ao admitirem que Egas Moniz não foi perseguido pelo Estado Novo, concluem que conseguiu sempre desenvolver as suas actividades em Portugal e, “apesar da manifesta falta de meios que, por mais de uma vez, denunciou, pôde concretizar os seus planos, realizar-se intelectual, política e profissionalmente, agraciado pela imprensa e pelo reconhecimento generalizado dos seus pares” (Correia, 2010, 51). Inovador será ainda o facto de identificarem uma ocasião em que o Estado ditatorial português patrocinou um evento público em que Egas Moniz desempenhou um papel de destaque: o 1.º Congresso Internacional de Psicocirurgia, reunido em Lisboa, em 1948 (Correia, 2010, 99-100, 176; Antunes, 2011, 298-299). Este novo olhar induz, por fim, à leitura do apoio governamental à criação do CEEM não como uma manobra de “aproveitamento político”, mas como evidência de que o regime, pelo menos no final da sua carreira científica, não menosprezou Egas Moniz (Antunes, 2011, 298-299).

O Estado português: da invisibilidade ao protagonismo

O ano de 1929 assiste à criação da primeira instituição portuguesa de planeamento e financiamento científico, a JEN. Sucédida em 1936 pelo IAC, estas instituições facilitam a integração e participação da comunidade académica nacional nas redes internacionais de comunicação em ciência. O progresso científico para o qual concorrem, pressupondo o protagonismo do Estado português na produção e circulação internacional do

conhecimento, reforça as mais recentes teses historiográficas que contestam o suposto atraso científico português (Lopes, 2017a; 2017b).

A análise detalhada das suas políticas e práticas científicas evidencia um assinalável suporte institucional à comunidade académica, particularmente evidente nos anos da JEN, quando as limitações políticas ainda não concorriam generalizadamente com a meritocracia (Lopes, 2017a). Egas Moniz, enquanto académico, beneficiará também da actividade destas instituições estatais, que contribuirão para a sua projecção internacional e consagração.

Logo em 1930 – e revelando não apenas o patrocínio da JEN à investigação de Egas Moniz como a sua inserção num suporte institucional mais vasto –, após discussão das verbas a atribuir aos centros de estudo, a Comissão Executiva da JEN regista um momento excepcional nos seus trabalhos:

todos estes subsídios foram aprovados por unanimidade com excepção da concessão feita à Clínica Neurológica de Lisboa de que o primeiro secretário discordou apenas por considerar que muito recentemente lhe foi atribuída pelo Estado uma dotação excepcionalmente avultada, o que não sucedeu com os restantes centros de actividade científica³.

Sem nos imiscuirmos na “dotação excepcionalmente avultada” que o Estado português atribui em 1929-30 à clínica dirigida por Egas Moniz, e cingindo-nos tão-somente aos financiamentos conferidos por intermédio da JEN, verificamos que o subsídio em causa, de 5.000\$00, se inscreve numa política concertada de apoio à investigação desenvolvida pelo futuro prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia.

**Quadro 1 – Financiamento do INL
(JEN/Rockefeller Foundation (RF) – 1929-36)**

Ano económico	Verba concedida	Aplicação da verba concedida
1929-30	5.000.00	Publicações, aquisição de bibliografia e de material de investigação
1930-31	3.800.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de material de investigação
1931-32	3.000.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de bibliografia
1933-34	1.500.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro

1934-35	2.000.00	Publicações em Portugal e no estrangeiro, e aquisição de bibliografia (financiamento da JEN em colaboração com a RF)
Total em escudos	15.300.00	

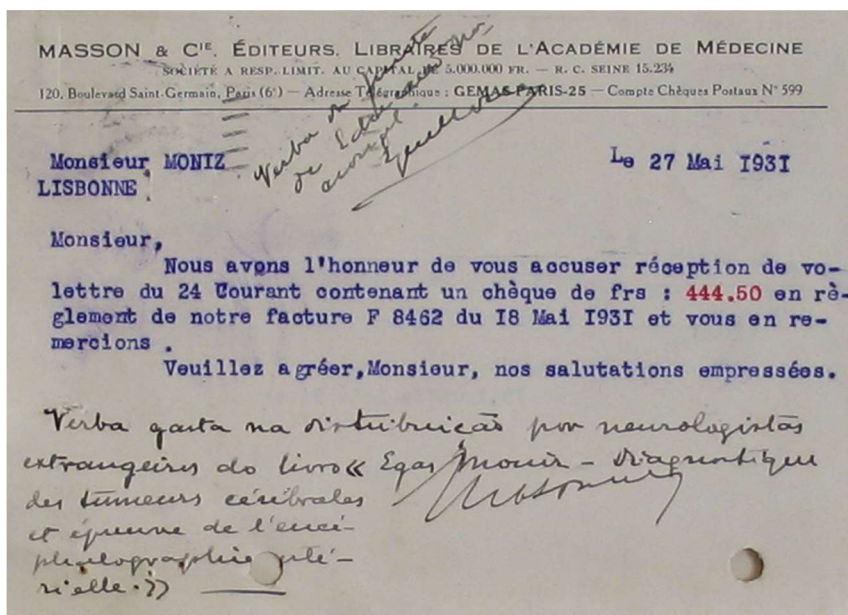
Nota: cf. Lopes, 2017a, 252.

Embora também aplicados por Egas Moniz na aquisição de bibliografia e de material de investigação, os financiamentos da JEN e, em 1934-35, da RF, são fundamentalmente canalizados para a publicação de trabalhos de investigação realizados pelos membros do INL, particularmente pelo seu director.

Exemplificativo da sua preocupação com a divulgação internacional dos trabalhos que produz será a aplicação que confere ao subsídio da Junta em 1931. Nesse ano, à imagem do seu colaborador Arnaldo Abranches de Almeida Dias, Egas Moniz deslocase ao I Congresso Neurológico Internacional, em Berna. Se aquele é patrocinado pela JEN, Egas Moniz dispõe do apoio financeiro da sua faculdade. Em Berna apresenta o relatório “La localisation des tumeurs cérébrales par l’encéphalographie artérielle”, do qual distribui oitocentos exemplares, os quais, tendo custado 1.800\$00, foram quase totalmente pagos (1.400\$00) com a terceira prestação do subsídio atribuído pela JEN ao seu instituto em 1930-31 (Lopes, 2013, 155, 159).

Também em 1931 o neurologista português publica uma obra determinante na divulgação da sua primeira grande invenção. Referimo-nos à monografia *Diagnostic des Tumeurs Cérébrales et Épreuve de l’Encéphalographie Artérielle*, editada pela Masson, na época a mais famosa editora de livros médicos de França (Antunes, 2011, 163-165). Valorizada pela inclusão de um prefácio de Joseph Babinski, co-fundador da Société de Neurologie de Paris (SNP), para a distribuição internacional desta obra concorreu a JEN, por intermédio da verba atribuída ao INL em 1930-31 (Lopes, 2013, 159-160; Correia, 2013, 111).

Imagem 1 – Bilhete-postal enviado pela editora parisiense Masson a Egas Moniz (27 de Maio de 1931)



Este bilhete-postal foi posteriormente remetido por Egas Moniz à JEN, em 26 de Janeiro de 1932, justificando o emprego do financiamento concedido em 1930-31. Em manuscrito lê-se, assinado por Egas Moniz, “Verba da Junta de Educação Nacional” e “Verba gasta na distribuição por neurologistas estrangeiros do livro *Egas Moniz – Diagnostique des tumeurs cérébrales et épreuve de l'encéphalographie artérielle*”. Crédito do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 1327, Processo 27, Documento 12.

Embora omitida do seu discurso público, a importância da JEN na divulgação nacional e internacional dos trabalhos científicos produzidos por Egas Moniz é reconhecida pelo próprio em ofício dirigido ao presidente da instituição em 3 de Março de 1933:

tenho a honra de enviar a V. Ex.^a uma colecção dos trabalhos publicados pelo Instituto de Neurologia no ano de 1932. Muitos deles foram publicados e puderam ter expansão devido ao subsídio que a Junta de Educação Nacional nos tem dado. Aproveito o ensejo para manifestar a V. Ex.^a o meu grande reconhecimento pelo auxílio prestado pela Junta da sua digna presidência aos nossos trabalhos de investigação científica⁴.

O suporte institucional promovido pela JEN à investigação de Egas Moniz não se limita, no entanto, ao financiamento do INL, sendo articulado com a concessão de bolsas de longa duração no estrangeiro e em Portugal. Nunca requerendo uma bolsa de longa duração para si, Egas Moniz solicita, no entanto, esta modalidade de apoio para os seus colaboradores.

**Quadro 2 – Bolsiros no estrangeiro do INL
(JEN/IAC/RF – 1929-39)**

Nome	Cidade/instituição de destino	Ano	Duração da bolsa	Temática de estudo
Arnaldo Abranches de Almeida Dias	Hamburgo: hospitais de Friedrichsberg e de Eppendorf; Munique; Breslau: clínicas Neuropsiquiátricas e Neurológicas, e institutos de Neuro-histologia	1929-30	12 meses	Anatomia patológica do sistema nervoso
Lídia Manso Preto	Londres: London Hospital (LH)	1935	3 meses	Anestesia neurocirúrgica (bolsa da RF/equiparada a bolsiro da JEN)
Pedro Manuel de Almeida Lima	Londres: LH	1932	6 meses	Neurocirurgia; executa angiografia cerebral
	Londres: LH	1933	8 meses	Neurocirurgia (bolsa da RF/equiparado a bolsiro da JEN)
	Londres: LH	1935	2 meses	Neurocirurgia; participa no II Congresso Internacional de Neurologia (Londres, 1935) (comunicação "Cerebral angiography technique")
	Oxford; Copenhaga	1939	1 mês	Neurocirurgia; participa na reunião da Society of the British Neurological Surgeons (SBNS) (Oxford, 1939) e no III Congresso Internacional de Neurologia (Copenhaga, 1939).

Nota: cf. Lopes, 2017a, 255.

Uma leitura atenta do Quadro 2 revela-nos a notável capacidade de Egas Moniz em maximizar os instrumentos que a JEN disponibiliza à comunidade científica nacional. Distintamente, logo em 1932, durante o primeiro estágio de Pedro Manuel de Almeida Lima no serviço de Neurocirurgia de Hugh Cairns, no LH, incita-o a executar a angiografia cerebral, então denominada encefalografia arterial:

veja se fazem a prova e, se tiver a sorte de apanhar um tumor visível pela irrigação, vence a relutância de todos, mesmo dos mais críticos. Nós continuamos a executá-la duas vezes por semana. O Abel Alves faz agora a prova a sós, com um afastador de mola, e entre dois fascículos do est.-cl.-mast. Injectamos 13 a 14 cc e saem, como de costume, bem (Antunes, 1996, 191).

A concretização deste desejo é revelada numa nova missiva, de 6 de Março de 1932, quando Egas Moniz se dirige ao seu colaborador nos seguintes moldes:

foi com imenso prazer que tive as suas boas notícias referentes à prova. Vejo que a afrontou com todas as desconfianças, tendo tirado o resultado desejado. Que se confirmem agora os diagnósticos, é o nosso desejo. Calculo a sua emoção, mas abraço-o afectuosamente pelo seu sucesso. Foi uma bela jornada essa (Antunes, 1996, 191).

A importância da realização desta prova no reconhecimento internacional do director do INL pode ser aferida nas palavras do próprio Almeida Lima, que em missiva dirigida a Luís Simões Raposo, primeiro secretário da JEN, refere: “parece-me ter sido a primeira vez que um médico português demonstrou um método novo nos hospitais ingleses”⁵. Mais importante, e em resultado desta realidade, será a sua constatação, em 1933, aquando do seu segundo estágio no serviço de Hugh Cairns, que o prestigiado neurocirurgião se havia convertido num entusiasta da técnica (Antunes, 2011, 192).

Evidenciando a constante preocupação em difundir no estrangeiro, nos principais fóruns científicos internacionais, esta sua primeira grande invenção – cuja consequente apropriação lhe confere uma crescente notoriedade e consagração inter pares (Correia, 2010) –, Egas Moniz verá novamente Almeida Lima, em 1935, no II Congresso Internacional de Neurologia, a divulgar a mesma técnica diagnóstica. A propósito desta divulgação e apropriação internacional da angiografia cerebral referia-se Egas Moniz, citando António Flores:

foi esta vantagem incontestável que venceu a timidez com que o método deparou de começo, conquanto logo fosse ensaiado, pouco depois de conhecido, no Japão, em Itália, em Inglaterra, na Alemanha e na Rússia, e, facto que tem muito maior transcendência, o fez adoptar com entusiasmo, a partir de 1934, como processo semiológico corrente nas clínicas neurocirúrgicas da maior parte dos países. Da tibieza inicial dos neurologistas estrangeiros na aplicação do método – há males que vêm por bem – resultou para o nosso investigador considerável benefício. Quase sozinho em campo nos primeiros anos, pôde lançar-se tranquilamente à conquista do filão que

descobriria; e com tal engenho e perseverança o fez, que, quando os seus possíveis rivais se aperceberam do valor do método, já tinha dado à publicidade a massa principal dos factos novos que a angiografia era capaz de revelar (Moniz, 1949, 399-400).

Se Almeida Lima, a sua anestesista Lídia Manso Preto ou Arnaldo Abranches de Almeida Dias, enquanto bolsheiros de investigação, concorriam para esta circulação internacional dos contributos de Egas Moniz, das suas especializações externas resultam ainda outros benefícios. Se a JEN e a RF permitem a Lídia Manso Preto especializar-se em anestesia neurocirúrgica em Londres – quando a própria anestesia ainda nem tinha adquirido autonomia (Antunes, 1996, 198) –, já a aplicação *imediate* dos ensinamentos obtidos por Almeida Lima no conceituado serviço de Hugh Cairns permite-lhe afirmar:

chegado a Portugal, foi-me conferido o honroso, mas muito difícil encargo de organizar e dirigir o serviço de cirurgia do sistema nervoso do Hospital Escolar. Primeiro e único serviço desse género existente no nosso país. Os resultados de ano e meio de trabalho deram-nos coragem para continuar, apesar das grandes dificuldades encontradas. Foram executadas mais de 70 intervenções de grande cirurgia do sistema nervoso com uma mortalidade inferior a 20%. Se se comparar estes resultados com os obtidos até à criação do serviço de neurocirurgia, poder-se-á deduzir, cremos, que o auxílio que me concedeu a Junta de Educação Nacional e a Fundação Rockefeller se traduziu por resultados bem apreciáveis e que algumas dezenas de doentes, antes votados a morte certa, foram restituídos à sua actividade social⁶.

Atendendo a que estes primeiros resultados foram sucedidos da invenção da leucotomia pré-frontal – cuja execução, na impossibilidade de Egas Moniz em operar por sofrer de gota, competia a Almeida Lima (Correia, 2013, 125-128; Antunes, 2011, 220) –, maior evidência assume a JEN na carreira científica do prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia de 1949. Por outro lado, reforça esta leitura interpretativa a preponderância dos colaboradores de Egas Moniz na sua prática científica e consagração. Entre estes destaque-se Pedro Manuel de Almeida Lima, “o primeiro neurocirurgião português, o braço armado de Egas, o seu discípulo e companheiro fiel de toda a vida” (Antunes, 2011, 188), embora por este reduzido à condição de “perito invisível” (Shapin 1989, 554-563)⁷. A confirmar esta ideia atente-se às palavras do biógrafo de Egas Moniz:

Egas, reconhecendo a importância da colaboração de Lima (...) e, tendo com ele subscrito mais de cinquenta trabalhos científicos, nunca o associou à autoria de nenhuma das monografias que publicou, nem abdicou de um protagonismo único, particularmente no que se referia à divulgação da sua

obra no estrangeiro. No entanto, nunca Lima disputou tal protagonismo nem (...) alguma vez proferiu algo contra o Mestre. Este confiou sempre cegamente num discípulo com menos 29 anos do que ele. Desse discípulo fez o primeiro neurocirurgião português, apoiando-o em todas as frentes: no trabalho científico, na carreira académica e na clínica privada. Tudo isto e o encanto pessoal de Egas determinaram em Lima a fidelidade e a gratidão que terão ofuscado talvez a consciência da dimensão e do valor do seu próprio contributo (Antunes, 2011, 201).

Se a realização da leucotomia pré-frontal incumbia a Almeida Lima, a expansão mundial desta operação cirúrgica do lobo frontal do cérebro humano, destinada à terapia de *certas psicoses*, deveu-se grandemente “ao fervor quase evangélico do neuropsiquiatra americano Walter Jackson Freeman e, fundamentalmente, à ausência de terapêuticas eficazes para lidar com as doenças mentais” (Antunes, 2011, 225). Além de participar no II Congresso Internacional de Neurologia, onde conheceu Egas Moniz, Walter Freeman dominava a língua francesa, o que lhe permitiu aceder aos trabalhos do neurologista português (Antunes, 2011, 226). A par de Freeman, destaca-nos Egas Moniz outros intervenientes.

Mais depressa do que a angiografia cerebral alcançou a leucotomia expansão nos centros neuropsiquiátricos. Os casos operados multiplicaram-se. Primeiro, na Itália com Rizzatti; em seguida, na América e na Inglaterra. É, porém, aos mestres americanos Freeman e Watts que deve o novo método a sua grande divulgação (Moniz, 1949, 351).

Um outro colaborador do INL consistiu no mencionado Arnaldo Abranches de Almeida Dias, cuja especialização na Alemanha em Anatomia patológica do sistema nervoso, com uma bolsa da JEN, é sucedida, visando a rentabilização do investimento efectuado, da concessão de uma bolsa de estudo em Portugal pela mesma instituição. Novamente revelando um apoio institucional mais abrangente, refira-se que este neurologista, aquando da fundação da JEN, em Janeiro de 1929, já havia permanecido em Berlim por dezoito meses com um financiamento oficial (Lopes, 2013, 153-155).

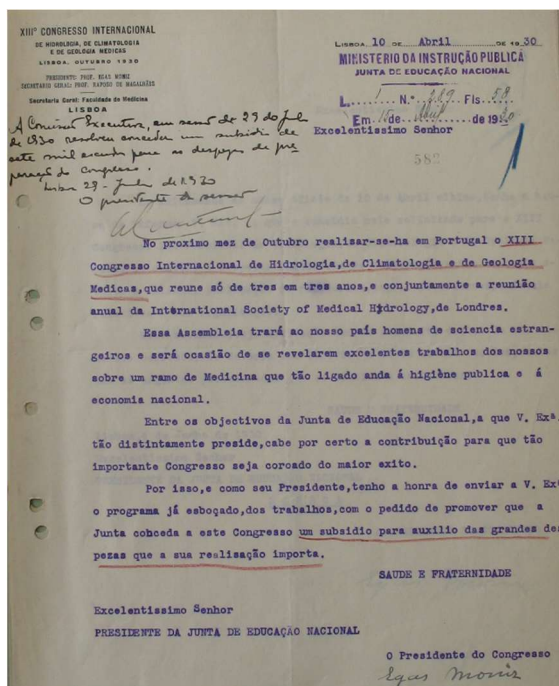
A mesma JEN apoiará ainda directamente Egas Moniz, quando em 1929 financia a sua viagem à Universidade de Lyon (UL), de modo a ser agraciado com um doutoramento *honoris causa*. A justificação para esse apoio institucional encontra-se no parecer de Luís Simões Raposo:

a concessão dos títulos de doutores honoris causa aos professores Domingos Fezas Vital, Eugénio de Castro e Almeida, António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz e Joaquim Pedro Martins tem, pela sua própria natureza, o carácter de homenagem pessoal, podendo haver dúvidas quanto à legitimidade da sua inclusão na categoria das relações de expansão cultural e intercâmbio intelectual. Sobre este caso terá a Junta de estabelecer doutrina, visto que, pela primeira vez, lhe é presente assunto semelhante. Cumpre-me, entretanto, apresentar as considerações seguintes: A ida dos referidos professores a Lião, nas condições em que a presente visita é feita, corresponde, evidentemente, a um dos fins para que a Junta foi criada, segundo se depreende da leitura do sétimo considerando que antecede o decreto N.º 16.381, que a fundou, e onde se põe em evidência a vantagem de manter uma intensa ligação entre os homens de ciência do nosso e de outros países. As cerimónias que terão lugar naquela cidade darão, ainda, oportunidade à realização de conferências por alguns dos professores, o que certamente contribuirá para a expansão internacional da cultura portuguesa⁸.

Em conformidade com estes propósitos da instituição que o financia, Egas Moniz divulga os seus trabalhos em duas conferências. A primeira, em Lyon, sobre “O valor diagnóstico da encefalografia arterial” e a segunda, no regresso a Portugal, em Barcelona, intitulada “As injeções intracarótidas de iodeto de sódio no diagnóstico e tratamento da hipertensão intracraniana” (Lopes, 2013, 147).

Um ano volvido, o director do INL e presidente do XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas verá ainda a JEN financiar a realização deste encontro (Lopes, 2013, 147-149).

Imagem 2 – Ofício de Egas Moniz a solicitar apoio financeiro à JEN para a realização do XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas (10 de Abril de 1930)



Em resposta a este pedido, Augusto Pires Celestino da Costa, na condição de presidente da sessão da Comissão Executiva da JEN, registou: “A Comissão Executiva, em sessão de 29 de Junho de 1930, resolveu conceder um subsídio de sete mil escudos para as despesas de preparação do congresso”. Crédito do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 0538, Processo 4, Documento 1.

A abertura dos trabalhos sob a presidência do chefe do Estado e com a assistência do governo, em 15 de Outubro de 1930 na ACL, marcará o iniciar de uma prática que nas vésperas da atribuição do Prémio Nobel, aquando do Congresso Internacional de Psicocirurgia (Lisboa, 1948), ainda se mantém. Na ocasião, a conciliação de ciência e cultura sob a omnipresença do poder político concretizar-se-á na presença, novamente, de Óscar Carmona e no apoio do governo. Num jantar oficial desta reunião científica, o presidente do IAC, Gustavo Cordeiro Ramos, então convidado de honra, recebe do presidente do congresso, Egas Moniz, o seguinte encómio:

sua Ex.^a sempre tem patentado um grande interesse pelo labor científico nacional, de que sou testemunha e beneficiário; pois tem sempre distinguido com a sua presença as nossas manifestações científicas e festivas. A magnífica saudação que dirigiu aos médicos aqui reunidos para se ocuparem de um novo tema a – Psicocirurgia, – mostra a sua elevada compreensão do progresso e o desempoeirado estímulo que o domina na esfera da sua alta missão educativa (Moniz, 1949, 554-555).

Além do apoio do poder político nacional, Egas Moniz beneficia neste encontro das suas amplas redes científicas internacionais. Na realidade, os preparativos para a realização deste congresso ocorrem em 1946 por iniciativa de Walter Freeman, secretário-geral e presidente do comité do programa (Antunes, 2011, 231). Por outro lado,

durante o congresso, Egas ofereceu em sua casa um cocktail que, nas suas palavras, ‘serviu para se fazerem muitos conhecimentos’, e que, para os seus críticos, terá sido mais uma excelente oportunidade de fazer lóbi pela sua causa, ‘o Nobel’. No decorrer da última sessão, a delegação brasileira (...) enviou para a mesa uma moção em que propunha que as delegações dos vários países presentes, que eram 27, apoiassem a nomeação de Egas para o Prémio Nobel. A moção foi aprovada por aclamação, após o apoio dos delegados argentinos, franceses e norte-americanos (Antunes, 2011, 234).

Refira-se ainda que o suporte institucional à investigação de Egas Moniz havia sido reafirmado um ano antes da realização deste congresso, em 1947, quando o IAC atribuiu 30.000\$00 para as despesas de organização do Congresso Internacional de Neurocirurgia (Lisboa), montagem da exposição angiográfica no Hospital Júlio de Matos (HJM), recepção dos congressistas e transportes (Moniz, 1949, 443-445). A propósito de mais este apoio atenda-se ao relatório apresentado às instâncias superiores pela Comissão Organizadora do Congresso, o qual, pela sua relevância, transcrevemos substancialmente.

Em vista da enorme importância que tinha para nós, neurologistas portugueses, a reunião em Lisboa de um Congresso Internacional de Neurocirurgia, e da honra excepcional que representava para Portugal a homenagem a prestar ao Professor Egas Moniz, como criador que foi da angiografia cerebral e da leucotomia prefrontal, imediatamente se constituiu uma comissão organizadora dos trabalhos preparatórios. Nos primeiros dias do mês de Janeiro avistou-se o Presidente da Comissão [António Flores] com S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, ao tempo o Prof. Caeiro da Mata, a fim de lhe dar conhecimento da reunião projectada e de saber da resolução de S. Ex.^a a tal respeito. O acolhimento não podia ser mais favorável nem mais generoso e ficou desde logo entendido que o Governo patrocinaria a Reunião e auxiliaria com os meios pecuniários necessários para a levar a efeito, com bom êxito, e para receber condignamente os visitantes estrangeiros. Uma vez garantida dos meios necessários, lançou-se a Comissão à execução da sua tarefa, mas logo lhe pareceu que, constando do projecto efectuar uma parte dos trabalhos da Reunião no Hospital Júlio de Matos, se deviam completar as instalações do pavilhão de cirurgia deste estabelecimento, já então preparado para a prática da operação da leucotomia, adicionando-se-lhes aparelhos de Raios X, por forma a poderem ali fazer-se angiografias e conjuntamente todas as intervenções neurocirúrgicas. O projecto encontrou da parte do sr. Ministro do Interior, engenheiro Augusto Cancela d’Abreu, e Subsecretário de Estado

da Assistência Social, Dr. Trigo de Negreiros, imediata aquiescência e, por seu lado, o Ministro das Obras Públicas, sr. Engenheiro F. Ulrich, não só concedeu à Direcção do Hospital Júlio de Matos as verbas requeridas, mas com prontidão e acerto deu as ordens necessárias à execução das obras. Estas, apesar do pouco tempo disponível, estavam prontas a funcionar dias antes do princípio da Reunião, e em condições tais que mereceram o elogio de todos os congressistas (Moniz, 1949, 443-445).

Quando a mais recente literatura da especialidade justifica a atribuição do Prémio Nobel a Egas Moniz pelo seu talento e capacidade manifestada em integrar as redes científicas internacionais, nas quais divulga a sua actividade e consequentemente se consagra internacionalmente (Correia, 2013, 87-88, 109-115; Antunes, 2011, 176-177, 223-226), importa constatar como foi o próprio Estado, nomeadamente por intermédio das instituições que planificavam e financiavam a investigação científica em Portugal, que lhe conferiu meios propícios à sua integração nas redes, ao crescente prestígio e às sucessivas nomeações para o prémio Nobel, o que culminou com a sua atribuição em 1949.

Por fim, caso se entenda, na óptica destas instituições estatais, que tamanha distinção ocorreu fortuitamente, não equacionando sequer os seus dirigentes a sua possível concretização, a posição manifestada por um dos vogais da JEN, Herculano de Carvalho, em sessão da Comissão Executiva contradi-lo inequivocamente: “se entre cem investigadores subsidiados pela Junta houver apenas um que chegue a atingir o plano dos grandes sábios, foi bem gasto todo o dinheiro dessas bolsas”⁹. Ignorava-se então, em 1934, qual dos investigadores portugueses poderia atingir esse patamar, mas ao aplicar articuladamente as diversas práticas científicas disponibilizadas – financiando Egas Moniz, o INL por si dirigido, diversos colaboradores seus com a atribuição de bolsas de longa duração externas e internas, e ainda três congressos científicos internacionais em solo português, por si presididos – a JEN e o IAC, ou seja, o Estado português, concorreria para ser Egas Moniz a alcançar essa distinção.

Conclusão

Desde a época de Egas Moniz até recentemente a literatura produzida enfatiza o seu génio, persistência e capacidade de integrar as redes internacionais na consagração que alcançou. A importância de comunicar o que inventava – participando em congressos científicos internacionais, apresentando os resultados da sua investigação nas instituições científicas francesas, inglesas e alemãs (Antunes, 2011, 176-177, 223-226, 316; 2006, 157-161), e

publicando os textos estratégicos nas revistas de circulação internacional, para obviar a disputas sobre o ineditismo, originalidade e prioridade (Correia, 2010, 77-81, 86, 320) – assume um papel vital na notoriedade elevada e sucessivas nomeações para o Prémio Nobel.

Se numa leitura historiográfica mais tradicional não se compagina este percurso académico com o contexto nacional, marcado pela suposta periferia e atraso científico, o estudo da política e prática científica das instituições que na ditadura organizam e financiam a investigação permite reconhecer o Estado enquanto actor preponderante, concesso a Egas Moniz de meios propícios à sua integração nas redes, crescente prestígio e sucessivas nomeações para o prémio Nobel, o que culminou com a sua atribuição em 1949.

Em última instância, a redução à condição de “peritos invisíveis” que os cientistas de renome usualmente conferem aos seus colaboradores, reconhecida em Egas Moniz, não invalida a possível ocultação de protagonistas de distinta natureza, nomeadamente institucionais. No caso em análise, estes actores institucionais foram fulcrais na carreira e consagração do neurologista português, embora a sua visibilidade (também) somente sobressaia para além da memória por este fixada.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Moniz, Egas, 1949. *Confidências de Um Investigador Científico*. [S.L.]: Edições Ática. (Ed. fac-simile, 2009)

Moniz, Egas, 1950. *Conferências Médicas e Literárias. III – Ramon y Cajal*. Lisboa: Portugália Editora.

Rockefeller Archive Center. Collection Rockefeller Foundation.

Bibliografia

Andersen, Casper; Bek-Thomsen, Jakob; Kjaergaard, Peter C. 2012. “The Money Trail: A New Historiography for Networks, Patronage and Scientific Careers”. *Isis*, 103 (2): 310-15.

Antunes, J. Lobo. 2006. “Egas Moniz Hoje”. *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 11 (3): 157-61.

Antunes, João Lobo, 1996. *Um Modo de Ser. Ensaios*. Lisboa: Gradiva.

Antunes, João Lobo, 2011. *Egas Moniz – Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva.

- Caldas, Alexandre Castro. 2000. “O Centro de Estudos Egas Moniz”. In *Egas Moniz em Livre Exame*, organizado por Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, 315-20. Coimbra: Minerva.
- Correia, Manuel, 2010. *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*. Coimbra: Universidade de Coimbra. (Tese de Doutoramento em História da Cultura apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- Correia, Manuel, 2013. *Egas Moniz no seu labirinto*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Drayton, Richard; Motadel, David. 2018. “Discussion: the futures of global history”. *Journal of Global History*, 13: 1-21.
- Farley, John, 2004. *To cast out disease: a history of the International Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. New York: Oxford University Press.
- Gavroglu, Kostas; Patiniotis, Manolis; Papanelopoulou, Faidra; Simões, Ana; Carneiro, Ana; Diogo, Maria Paula; Bertomeu Sánchez, José Ramón; García Belmar, Antonio; Nieto-Galan, Agustí. 2008. “Science and Technology in the European periphery: some historiographical reflections”. *History of Science*, 46: 153-75.
- Getz, Marshall J. 2009. “The Ice Pick of Oblivion: Moniz, Freeman and the Development of Psychosurgery”. *Trames*, 13: 129-52.
- Kotowicz, Zbigniew, 2012. *Psychosurgery: The Birth of a New Scientific Paradigm. Egas Moniz and the Present Day*. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.
- Lopes, Quintino. 2013. “A Junta de Educação Nacional (JEN) e o apoio à Investigação Científica de Egas Moniz: Novas Interpretações Historiográficas”. In *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, editado por Augusto J. S. Fitas, João Príncipe, Maria de Fátima Nunes e Martha Cecília Bustamante, 137-64. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lopes, Quintino, 2017a. *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lopes, Quintino. 2017b. “The National Education Board (1929/36) and scientific research in Portugal”. *Portuguese Journal of Social Science*, 16 (1): 71-85.
- Louis, Elan D. 2010. “The conceptualization and organization of the first International Neurological Congress (1931): the coming of age of neurology”. *Brain. A Journal of Neurology*: 1-7. Disponível em brain.oxfordjournals.org.

Milheiro, Jaime. 2000. “Contributos de Egas Moniz para a Psiquiatria e para a Psicanálise”. In *Egas Moniz em Livre Exame*, organizado por Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, 165-74. Coimbra: Minerva.

Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui (org.) 2000. *Egas Moniz em Livre Exame*. Coimbra: Minerva.

Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor. 2000. “Escritos Maiores e Menores sobre Egas Moniz”. *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Séc. XXI*, XIV: 41-5.

Pressman, Jack D., 1998. *Last Resort: Psychosurgery and the Limits of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press.

Secord, James A. 2004. “Knowledge in Transit”. *Isis*, 95: 654-72.

Shapin, Steven. 1989. “The Invisible Technician”. *American Scientist*, 77 (6): 554-63.

¹ Este capítulo baseia-se nos trabalhos publicados por Lopes (2013, 137-164; 2017a, 249-257).

² Esta carta encontra-se integralmente transcrita em Melo, 2000, 113-124.

³ Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional, 1929-35, Acta da 11.^a sessão, 30 de Janeiro de 1930, pp. 14-17.

⁴ Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 1327, Processo 6, Documento 8.

⁵ Carta de 7 de Março de 1932 (Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 0399, Processo 13, Documento 13).

⁶ Carta enviada por Almeida Lima ao presidente da Junta em 9 de Maio de 1935 (Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 1274, Processo 11, Documento 1).

⁷ Entende-se por “peritos invisíveis” (“invisible technicians”) os operadores, técnicos e artífices que, embora sejam vitais na produção e registo de conhecimento científico, são usualmente mantidos no esquecimento pelos cientistas e desvalorizados pelos historiadores da ciência (Shapin, 1989, 554-563).

⁸ Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Caixa 0495, Processo 4, Documento 2.

⁹ Arquivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional, 1929-35, Acta da 75.^a sessão, 23 de Novembro de 1934, pp. 143-144.